

ATA Nº11

----- **Ata da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia 30 de setembro de 2015.** -----

-----Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e trinta minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Miguel Rocha da Cruz, secretariado pela senhora Maria Helena Marques dos Santos e pelo senhor Victor Fernando Santos Neto, com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 30/06/2015.** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO 27 DE JUNHO A 25 DE SETEMBRO DE 2015 NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DE VAGOS;** -----

----- **PONTO TRÊS: CONTRATOS DE COMODATO – MUNICÍPIO DE VAGOS – JUNTAS DE FREGUESIA – EDIFÍCIOS ESCOLARES;** -----

----- **PONTO QUATRO: IRS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL;** -----

----- **PONTO CINCO: DERRAMA – TAXA 2016;** -----

-----**PONTO SEIS: IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – TAXAS 2016;** -----

-----**PONTO SETE: TABELA DE TAXAS – RETIFICAÇÃO.** -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Maria da Graça Matias Gadelho, Manuel Marcelino Santos Manangão, José Augusto Ferreira Martins, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Madalena Marques Santos Simões Pinto e Marco Aurélio Lourenço Martins, eleitos na lista do PSD. -----

----- César Manuel da Silva Grave, Diana Marques Santos Cartaxo, Óscar Ferreira Pascoal e António Bastião, François Jesus, em substituição de Mário Castelhamo, Jorge Pereira, em substituição de Ana Paula Mourão e Filipe Mendonça Ramos, eleitos na lista do CDS. -----

----- Carla Filipa Ferreira Gouveia, Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Pedro André Santos Neto, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Luís Fernando Dias Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Jesus Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente

da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Maria Fernanda de Jesus Almeida Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça; Cláudio Curto em substituição de Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, e Fernando José Silva Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soza. -----

----- Faltaram ao início da sessão os senhores deputados Pedro Neto e Fernando Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soza. -----

----- Faltaram à presente sessão a senhora deputada Liliana dos Santos Barreira e a Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, e os Vereadores senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhor João Domingues e senhor João Paulo Sousa Gonçalves. -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 30/06/2015.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia 30 de junho de 2015 tendo a mesma sido aprovada **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre 01 de julho e 30 de setembro de 2015. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -----

----- **C- Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelos senhores deputados à sessão de hoje. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início ao período antes da ordem de trabalhos. ----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- A senhora deputada Carla Gouveia usou da palavra para fazer um breve comentário às obras que estão a decorrer no Centro da Vila referindo que muitas pessoas não sabem o que é que se está ali a fazer, até porque a obra esteve parada imenso tempo, e quando lhes é dito o que é ficam muito admiradas. E ficam admiradas mais pelo facto do dinheiro gasto no “faz e refaz e volta a fazer e volta a refazer neste Concelho”. Isto demonstra uma má gestão de dinheiros públicos e hoje que se vai aqui falar de taxas, impostos e cobranças é de salientar esse aspeto, porque isto demonstra um muito mau planeamento das obras por muito bom que seja o projeto. A senhora deputada é de opinião que naquele sítio um bom espaço verde faz falta, o projeto é de facto muito bom mas não se pode andar sempre nisto. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e começou por perguntar ao executivo da Câmara Municipal como é que se pode resolver a questão do mau estado dos estradões do

Concelho já que esta não é uma competência do Município. Uma outra questão levantada tem a ver com o saneamento no sul do Concelho de Vagos, que depois de feito está parado há tanto tempo e o senhor deputado quer saber o ponto de situação. A população pergunta o que é que se está a passar e querem saber porque é que não dão autorização de ligação aos esgotos. Entretanto, perguntou qual o ponto de situação das obras na Biblioteca Municipal e para quando a abertura do espaço. O senhor deputado deixou um louvor a todos os Presidentes das Juntas de Freguesia deste Concelho, pelo trabalho incansável que têm feito de proximidade às populações. Realçou, ainda, as candidaturas que foram feitas pelas Juntas de Freguesia e por alguns clubes e chamar a atenção para a candidatura feita pela Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina ao Programa de Equipamentos que permitiu a vinda do senhor Secretário de Estado àquela Freguesia, para assinar o protocolo de candidatura com uma verba de cinquenta mil euros atribuída ao projeto. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado César Grave para realçar uma questão já aqui colocada e que tem a ver com as obras da Biblioteca, ou seja, quer saber porque é que estão paradas assim como as obras em frente a este edifício que estão paradas há já algum tempo. Inicialmente, o senhor deputado até pensou que fosse devido à chuva mas agora que já voltou o sol continua tudo parado e as máquinas no local, também paradas. -----

----- O senhor deputado António Bastião usou da palavra para se referir ao estado de algumas vias do Concelho, onde, aleatoriamente, passou, hoje, em algumas delas e como é o caso da estrada que liga o lugar de Sanchequias, Freguesia de Santo André, ao lugar de Rines, Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, e verificou que se encontra intransitável. Entretanto, há outra estrada um pouco mais problemática que é a que vai do lugar de Parada de Cima ao lugar de Santa Catarina onde existe muitas raízes dos pinheiros que penetram no alcatrão criando perigos eminentes, incluindo uma das raízes fica mesmo numa curva. Esta é uma zona onde têm existido muitos acidentes, inclusive há cerca de duas semanas existiu lá um acidente com uma vítima mortal. A questão que o senhor deputado colocou tem a ver com a sinalética, isto é, será que não havia hipótese de colocar lá uma placa do Género “*zona de acidentes*” no sentido de sensibilizar um pouco os condutores. Aquela zona é uma zona problemática e embora fique fora das localidades o facto é que ninguém passa lá a cinquenta. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado José Martins e falou de alguns temas que no seu entender são importantes para o Concelho de Vagos. Assim sendo, começou por falar na Praia da Vagueira e referiu que habitualmente muitas pessoas têm comentários desagradáveis sobre algumas intervenções da Autarquia mas as obras acabam e o resultado final prova que é bastante favorável. A Praia da Vagueira este ano para além de muita ocupação, tanto diurna como noturna, teve um fator que é relevante e que tem a ver com a recolha do lixo e a limpeza da praia e de toda a sua envolvente. Também na Praia da Vagueira o aspeto comercial dos estabelecimentos que lá estão instalados este ano tiveram uma melhoria na sua atividade relacionada com o maior número de pessoas a visitar aquele local. Deixando a Praia da Vagueira preocupa ao grupo municipal do PSD o estado de algumas estradas do Concelho de Vagos e o senhor deputado perguntou para quando o começo de alguns alcatroamentos e como é que o executivo chegou à conclusão de saber quais as prioridades, porque não pode ser tudo feito ao mesmo tempo, e como é que se chegou a essas prioridades. Outra preocupação prende-se com

o contínuo aumento de lixo colocado em zonas verdes e o desrespeito pela natureza que um grupo de cidadãos continua a ter. O senhor deputado quer saber o que é que a Câmara pretende fazer, se pode fazer e para quando. No que respeita às obras que estão a decorrer em frente e este edifício foi referido por alguns deputados o facto de estarem atrasadas ou paradas há muito tempo, e o senhor deputado não sabe o que é muito tempo para algumas pessoas, ficou o convite para visitarem o resto do Concelho e não olharem só para aquilo que está debaixo dos olhos e por onde se passa todos os dias. Outra preocupação que referiu tem a ver com o facto de já há algum tempo não haver luz na via da saída da A17 até à rotunda de Soza (rotunda da abóbora) o que provoca, essencialmente na rotunda do meio, um local perigoso porque não havendo luz as pessoas nem se apercebem da existência da rotunda. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das dezoito horas e quarenta minutos deu entrada na sala o senhor deputado Hermes Fernandes. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Marco Aurélio para salutar o crescimento de equipas de futebol no Município e o aumento na formação onde se verifica, cada vez mais, miúdos a praticarem a modalidade. Tudo isto se deve, também, ao apoio que o Município tem dado onde estão incluídos os relvados sintéticos. -----

----- Por fim usou da palavra o senhor deputado Óscar Pascoal e começou por solicitar que a documentação relativa à ordem de trabalhos das sessões, sempre que possível, fosse enviada aos deputados com mais antecedência para terem mais tempo para analisar os assuntos. No que diz respeito à situação das paragens dos autocarros, já referido na última sessão da Assembleia Municipal, que têm aqueles dizeres que às vezes são impróprios, embora não dependa da Câmara Municipal, depende sim é do bom senso dos seus utilizadores, na sua maioria menores de idade, fica um alerta a cuidar daquilo que é de todos e que custa dinheiro. Se esses jovens não têm essa consciência têm de ser os adultos a transmitir-lhe isso e sensibilizá-los para essa situação e se eventualmente tiverem de haver chamadas de atenção de uma forma ou de outra. O senhor deputado é de opinião que se deviam tomar medidas quanto a isso e reparar esses estragos, embora reconheça que custa dinheiro mas *“com a prata da casa”*, em alguns casos pontuais, poder-se-ia diminuir os problemas que existem nessa matéria. No que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos o senhor deputado quis saber qual o ponto de situação relativamente ao concurso público, qual o adjudicatário e quando é que entra em funcionamento. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas pelos senhores membros da Assembleia Municipal. Assim sendo, começou por responder à questão colocada pela senhora deputada Carla Gouveia e referiu que não sabe o que é que significa *“obra parada há imenso tempo”* porque a obra está de facto parada há uma semana e o empreiteiro está, ainda, dentro do prazo. De todas as formas o que aconteceu foi que o empreiteiro, por razões internas, não tem condições de continuar a obra e vai fazer a cessão da condição contratual a um outro empreiteiro. Os serviços da Câmara terminaram, hoje, de analisar os documentos do novo empreiteiro para que se possa fazer essa cessão da posição contratual de modo a que a obra continue dentro dos prazos, que já não serão os normais. A obra decorreu com normalidade até há uma semana atrás quando o executivo foi confrontado com esta situação, isto é, o empreiteiro não ter condições para

continuar os trabalhos. Relativamente à obra em si o senhor Presidente referiu que numa próxima irá ter o cuidado no futuro de as obras terem pelo menos uma explicação do que é que vão ser para que as pessoas ao passarem possam perceber o que é que vai acontecer ali naquele espaço. No caso concreto, como já foi aqui falado por diversas vezes, esta obra visa, sobretudo, dar resposta a duas questões fundamentais: uma é fazer a requalificação do espaço exterior à Biblioteca e outra é remover aquela fonte, que já estava decidido há bastante tempo em sede de reunião de Câmara, e criar alguns lugares de paragem informal para os clientes da farmácia, dos correios e dos comércios aqui à volta. Contudo, o senhor Presidente não pôde deixar de notar quando a senhora deputada fez esse reparo, e ressalva que concorda com o que está a ser feito, que estão ambos de acordo com a obra que está a ser feita. O que o senhor Presidente nunca concordou, e o PSD nunca concordou foi com as obras que foram feitas mas aí a senhora deputada está a pedir responsabilidades a quem, absolutamente, não as tem. Essas responsabilidades devem ser pedidas à bancada do CDS porque é que na altura, e nenhum destes membros fazia parte dos órgãos Autárquicos da Câmara Municipal, tomaram esta decisão. Naquela altura tanto o grupo municipal do PSD como o grupo municipal do PS se manifestaram contra estas duas intervenções e agora foi decidido remover por se considerarem inúteis e realmente alvo de uma má gestão do dinheiro público. Aquilo que o executivo optou nesta fase é fazer uma intervenção minimalista que permita no âmbito de um documento que vai ser aqui analisado, que é a área de Reabilitação Urbana, poder pensar este espaço do Centro da Vila de Vagos como um local único e que deve ser usufruído pelas pessoas. Quanto às questões do senhor deputado Juan Carlos, nomeadamente a questão dos estradões, que é uma das preocupações do executivo, como se sabe estes não são tutela da Câmara Municipal de Vagos e sim do ICNF, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, que já concedeu à Autarquia uma autorização para proceder às reparações necessárias mas existe um problema estrutural. A questão é que a Câmara Municipal tem de reservar uma quantia substancial para poder fazer um alcatroamento total em primeira instância do estradão de Calvão pela circulação que tem, quer de verão quer de inverno, e o estradão da Lomba que também tem uma utilização bastante intensiva e, portanto, não se consegue com as pequenas intervenções que vão sendo feitas de modo a requalificar aqueles espaços. A Câmara Municipal vai ter de preparar um valor para fazer o alcatroamento total. Quanto à questão do saneamento em Ponte de Vagos a situação, depois do que foi aqui dito na última sessão da Assembleia Municipal, foi finalmente resolvida, e bem resolvida para o Município de Vagos, porque conseguiu-se no âmbito de um acordo tripartido, entre a AdRA, o Consórcio e a Câmara Municipal. O acordo consistia em a Câmara Municipal recusar a receção da obra, porque entendia que havia algumas daquelas estradas que estavam absolutamente fora de condições de serem recebidas. A AdRA tinha um processo a decorrer com o Consórcio por força de multas contratuais que existiam, por atraso na entrega da empreitada, e o empreiteiro tinha a haver da Câmara Municipal o valor de cento e noventa mil euros de obras que foram adjudicadas e não foram realizadas. Ao abrigo do Código da Contratação Pública a Câmara Municipal tinha de indemnizar o empreiteiro em cerca de cento e noventa mil euros. Entretanto, conseguiu-se chegar a um acordo, onde a Câmara Municipal não vai ter que pagar esses cento e noventa mil euros ao empreiteiro e que permitiu à AdRA fazer a receção da infraestrutura. Tanto quanto é do conhecimento do senhor Presidente esta semana Já começaram

alguns contactos nestas localidades para que se possam fazer as ligações ao saneamento e a partir do início do mês de outubro irão sair umas cartas para casa das pessoas a convidá-las a fazer a ligação à rede de saneamento. De todas as formas as pessoas que já tinham pedido a ligação, e aquelas que forem pedir a ligação, já o podem fazer que a obra já está rececionada e em funcionamento. Em relação à Biblioteca as obras não estão paradas porque já estão concluídas. Neste momento, o que se passa dentro da Biblioteca é que está a ser feita a catalogação de cerca de cento e qualquer coisa mil euros de livros que foram adquiridos para o fundo documental. Está a ser feito um trabalho intensivo por três funcionárias da Câmara Municipal e, do ponto de vista interno, a Biblioteca está pronta a abrir. Há a questão dos arranjos exteriores, que estão a decorrer, apesar de alguns atrasos que já foram aqui explicados. Relativamente à questão do senhor deputado António Bastião, que o senhor Presidente acha legítima mas que passou a ser ilegítima a ligação com uma desgraça. Misturar-se alguns assuntos com a política é uma coisa lamentável. O senhor Presidente considera lamentável que o senhor deputado misture alguns assuntos com questões políticas e mais não disse. Quanto aos alcatroamentos vai amanhã a reunião de Câmara a abertura do procedimento para alguns alcatroamentos nas várias freguesias. Relativamente a esses alcatroamentos foi feita uma listagem com todos os Presidentes de Junta e foram definidas prioridades em conjunto. Nessas prioridades a Câmara Municipal dá sempre prioridade aos troços assinalados, do ponto de vista até da ligação com os Bombeiros e Proteção Civil, chamados de “pontos negros” do ponto de vista rodoviário. Foi precisamente por isso que uma das primeiras prioridades em termos de alcatroamentos foi a estrada que liga o Boco à Quintã, estrada do Ribeiro. Na questão da Praia da Vagueira houve de facto um investimento da Câmara Municipal não só do ponto de vista do património edificado, nomeadamente com a obra da Requalificação da Defesa Aderente, mas também, obviamente, uma aposta muito forte em algumas áreas, como a animação que acabou por ter um efeito bastante positivo e numa aposta muito forte em apresentar o espaço digno e condigno para receber quem visita o Concelho de Vagos. Não basta só ter obras, é preciso que o espaço esteja cuidado. A empresa que fez a recolha dos resíduos e a limpeza de praia fez um bom trabalho e as indicações que vinham do ano passado já eram favoráveis, embora no ano passado, por uma ou outra questão, não tenha corrido cem por cento mas este ano correr muito bem. Entretanto, destacou um facto, também aqui já referido, que foi a boa articulação que existiu entre o Município e o comércio da Praia da Vagueira. Só essa articulação é que permite que a aquele local tenha aquela constante dinâmica todos os dias e que em todas as formas de atuação se possa transformar a Praia da Vagueira numa das melhores praias. A questão da falta de iluminação na saída da A17 vai ser dado nota disso à ASCENDI porque não é uma infraestrutura que seja integrada na iluminação pública do Município. Em relação ao aumento dos depósitos do lixo, um pouco por todo o Concelho, é de facto uma grande preocupação da Câmara Municipal e foi por isso que a Câmara Municipal decidiu fazer o concurso de adjudicação da recolha dos resíduos sólidos urbanos que foi feito em conjunto com os Municípios de Oliveira do Bairro e de Albergaria-a-Velha. Nesse procedimento vai amanhã a reunião de Câmara o relatório final que foi feito pelos membros do júri dos três Municípios. A proposta mais vantajosa, e que é apontada, porque o único critério tido em conta foi o do preço mais baixo, é a da Luságua que tem um custo de dezassete euros a tonelada, bastante a baixo do preço base que foi estabelecido. Em relação à

questão do aumento dos depósitos do lixo a Câmara Municipal previu neste contrato quer a recolha de resíduos sólidos urbanos quer de verdes quer dos resíduos de construção e demolição e, portanto, o senhor Presidente quer acreditar que esta possibilidade de recolha destes tipos de resíduos vá fazer diminuir o aparecimento desses depósitos ilegais. Aliás, esses depósitos ilegais são da responsabilidade do dono do terreno, isto é, no caso de haver um depósito ilegal num terreno que seja da responsabilidade de alguém esse alguém é responsável pelos resíduos que lá estão, ou seja, por os remover, tratar e pagar. Paralelamente a isso neste contrato que vai ser assinado está previsto fazerem-se campanhas de sensibilização também para que as pessoas, no caso dos resíduos verdes, possam tratá-los de maneira diferente. O que se assiste diariamente é ter resíduos verdes colocados nos contentores do lixo quando até podem ser eventualmente aproveitados quer para compostagem quer para lenha. Sobre as questões do senhor deputado Marco Aurélio o senhor Presidente partilha da mesma opinião, ou seja, o aumento do número de equipas inscritas e do aumento do número de jovens inscritos têm, obviamente, uma relação direta com o investimento que o Município fez e que em boa hora uma parte dele foi aprovado aqui nesta Assembleia. No que respeita à situação das paragens dos autocarros e dos atos de vandalismo o senhor presidente concorda com o que o senhor deputado Óscar Pascoal disse mas a limpeza tem um custo bastante elevado, nomeadamente os grafitis que são de muito difícil remoção. O fazer-se com a “prata da casa” pode, mas a “prata da casa” desde 2009/2010 tem vindo a descer, e já são menos trinta e tal funcionários, o que faz com que essa sugestão não seja possível por em prática. O exemplo mais emblemático, pela negativa, são as casas de banho que estão ali em baixo, no jardim, que já foram reparadas vezes sem conta consequência de atos de vandalismo extremos, ou seja, de partir tudo. -----

----- Entretanto deram entrada na sala os senhores deputados Graça Gadelho, por volta das dezoito horas e cinquenta minutos, e os senhor Fernando Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, quando eram cerca das dezanove horas. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Mesa passou para o período da ordem trabalhos. -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto um da ordem de trabalhos à discussão da assembleia: -----

----- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 27 DE JUNHO A 25 DE SETEMBRO DE 2015 NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara prescindiu da leitura do documento, uma vez que o mesmo foi entregue antecipadamente aos membros da Assembleia Municipal, contudo quis dar nota prévia. Hoje, foi enviado, por *e-mail*, o parecer do Revisor Oficial de Contas, que a Câmara Municipal só recebeu anteontem, e se houver algumas questões que queiram ver esclarecidas. Caso não tenham tido tempo para analisar o documento podem, depois, fazê-lo na próxima sessão da Assembleia Municipal. Entretanto, respondeu a uma das questões colocadas pelo senhor deputado Óscar Pascoal, no período

antes da ordem de trabalhos, e que tem a ver com o envio da documentação relativa à ordem de trabalhos. Assim sendo, referiu que a documentação é enviada dentro dos prazos legais e, eventualmente poder-se-á tentar enviar alguns dos pontos que estejam disponíveis com mais tempo, é uma questão de articular com o senhor Presidente da Assembleia Municipal sendo que da parte da Câmara não há nenhum inconveniente. Quando houver essa possibilidade de os pontos serem enviados, ainda sem marcação da Assembleia, pelo senhor Presidente da Câmara não há qualquer inconveniente.

----- Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos usou da palavra o senhor deputado Óscar Gaspar e referiu que leu a comunicação escrita do senhor Presidente da Câmara e a crítica básica que fez foi a mesma já feita na sessão anterior, ou seja, é um relatório um bocadinho fastidioso daquilo que os serviços fizeram. Há obras que aparecem em vários sítios e até em linhas consecutivas que obviamente tem muito pouco interesse para a discussão política que deve ser feita nesta Assembleia Municipal. A outra crítica/pergunta que prende-se com algumas atividades onde se diz que foi dado apoio financeiro e logístico mas não identifica o apoio financeiro que foi atribuído. Pela questão do princípio da transparência valia a pena dizer-se, atividade a atividade, quando há uma componente financeira, qual o valor atribuído. Relativamente ao relatório do Revisor Oficial de Contas fez umas notas muito breves. Uma para dizer que aquilo que é identificado é que o endividamento da Câmara continua superior ao limite da dívida total e, portanto, há um excesso de duzentos e cinquenta e sete mil euros face ao limite. O senhor deputado não encontrou no relatório a questão dos prazos de pagamento e dívidas a fornecedores. Não verificou grande relevo sobre eventuais processos judiciais e correspondentes previsões financeiras. Para concluir, o senhor deputado referiu que embora o “prejuízo” do semestre apareça, aqui, como sendo de trezentos e setenta e dois mil euros na elaboração do relatório acabam por referir que neste exercício não foram incluídas as amortizações do exercício, ou pelo menos dos duodécimos relativos ao exercício e diz-se que por esse motivo o ativo e os capitais próprios estão sobreavaliados em dois milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e quatro euros. Não diz aqui, mas podia dizer, que pelo mesmo motivo os resultados líquidos estão sobreavaliados pelo mesmo montante, ou seja, o que está em causa é que o prejuízo da Câmara Municipal, a perda de valor que a Câmara Municipal ocasionou no primeiro semestre deste ano é qualquer coisa como dois milhões e oitocentos mil euros. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as questões abordadas pelo senhor deputado Óscar Gaspar e referiu que relativamente à informação prestada, sobre a atividade municipal, já tomou nota da análise feita e embora já tenham sido incluídas algumas alterações ainda não houve oportunidade de incluir todas mas fica o compromisso de em 2016 entrar com outra tipologia de relatório. Este documento tem vindo a ser melhorado, ao longo dos tempos, e não se vê nenhum inconveniente em que o seja ainda mais para bom exercício e desempenho das funções dos senhores deputados. Em relação às atividades que têm apoio financeiro este não aparece relevado naquela fase porque seria estar a repetir, ou seja, todos os subsídios que são aprovados são colocados na informação. Por exemplo, o apoio financeiro para o VI Torneio de Futebol de Praia há de ter vindo na última sessão da Assembleia Municipal nos subsídios. Por outro lado, algum do apoio financeiro também pode ter a ver com a isenção de taxas. Em todo o caso e senhor Presidente irá verificar melhor a

questão para ver se está a ser feito o cruzamento correto da informação para não haver nenhuma repetição. Relativamente às questões que se prendem com o relatório do Revisor Oficial de Contas o senhor Presidente deixou duas notas que considera importantes, sendo que uma delas vai ao encontro daquilo que disse o senhor deputado. A análise semestral é uma análise que está limitada pela quantidade e qualidade de documentos que se entregam ao Revisor. A análise final é sempre aquela que conta, esta é só uma análise de acompanhamento. Antes de sair da Câmara Municipal o senhor Presidente teve o cuidado de se informar e à data de hoje, no fecho do trimestre do ano, a Autarquia já está dentro, e bem dentro, dos limites de endividamento para este ano. Esta situação era, de facto, o que já se previa e aproveitou para dizer que sobre a questão dos prazos médios dos pagamentos eles são públicos, estão no *site* da DGAL, e podem passar a vir na informação do Presidente da Câmara, não se vê inconveniente nenhum que assim o seja. A informação importante que aqui releva e que tem importância para a gestão e para a vida quotidiana do Município é que está previsto, para o final deste ano, o fim dos pagamentos em atraso por parte da Câmara Municipal. O objetivo é entrar em 2016 com um maior desafogo financeiro e com uma capacidade de endividamento que há de estar além do um milhão de euros, ou seja, o Município vai estar um milhão de euros abaixo dos limites de endividamento previsto de acordo com a lei que são quinze milhões e cem mil euros, e Vagos deverá estar abaixo dos catorze milhões e cem mil euros em termos de dívida total. Esta era uma questão que a oposição não acreditava, e na altura o senhor deputado Óscar Gaspar não estava, mas de facto, o Município vai cumprir com bastante tranquilidade a não ser que haja algum acontecimento externo à realidade que possa ter consequências negativas, mas espera-se que não haja mais “surpresas” do género do processo Ria Vagos. Quando se fala numa dívida total de catorze milhões de euros é bom não esquecer que quatro milhões provêm do processo Ria Vagos. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 17 de setembro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO DOIS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DE VAGOS;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal e referiu que basicamente o que vem aqui, hoje, a esta Assembleia é a aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana que corresponde a toda a área da vila de Vagos. Existem dois objetivos por detrás da criação da área de reabilitação urbana que neste caso ficará ainda a meio porque de seguida ter-se-á de criar a ORU que é a Operacionalização da Reabilitação Urbana, desta regeneração urbana. O primeiro objetivo prende-se com uma questão que tem a ver com os particulares, isto é, a partir do momento que seja delimitada esta área de reabilitação urbana podem usufruir de uma série de condições muito favoráveis e apetecíveis para fazerem operações de regeneração urbana aos seus prédios que existem e que estão dentro desta Área de Reabilitação Urbana (ARU). Estes benefícios fiscais são de IMI, prevê uma isenção que de acordo com a lei podia ir até três anos e o Município manteve esse tempo e se no ponto seis desta ordem de trabalho for aprovado ainda mais reduzido vai ser. Quem tem património edificado e queira fazer operações de regeneração urbana no centro da vila de Vagos, e entenda-se centro como

toda a vila, desde a N^a Sr^a de Vagos até ao bairro de São João e da entrada do Lombomeão até ao Rio Boco, podem beneficiar de uma isenção de IMI por três anos. Podem, ainda, beneficiar de reduções do IMT e da redução da taxa de IVA de 23 para 6% e beneficiar de deduções à coleta no IRS. Por outro lado existe a possibilidade, e é obrigatório a criação de Área de Reabilitação Urbana, do Município se candidatar a fundos comunitários que têm por fim específicas Operações de Regeneração Urbana (ORU). Portanto, no fundo o que se vai fazer numa fase seguinte é fazer o documento de operacionalização de regeneração urbana e que caso seja possível com intervenções no espaço público com vista a melhorar e a dar força às intervenções feitas pelos particulares. Basicamente, este é o início de uma operação que em si encerra também uma outra muito importante, e que é no fundo aquilo que mais interessa aos particulares, embora também lhes interesse as operações ancora que o Município irá pretender fazer, que depois terão consequências positivas, que é conciliar as operações públicas com as operações privadas ao qual o executivo dá particular importância e destaque às questões do comércio tradicional. De seguida o senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao senhor Vice-Presidente e referiu-se ao tipo de escolha da ARU e neste caso havia dois tipos: a ARU simples e a ARU sistemática. A ARU simples incidia apenas sobre o património edificado. A ARU sistemática, a que o executivo escolheu, envolve a requalificação de todas as estruturas, equipamentos, espaços urbanos e permite à Câmara Municipal candidatar-se a fundos comunitários. -----

-----Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com uma abstenção do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos. -----

----- Seguidamente o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 17 de setembro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO TRÊS: CONTRATOS DE COMODATO – MUNICÍPIO DE VAGOS – JUNTAS DE FREGUESIA – EDIFÍCIOS ESCOLARES;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara e referiu que sobre estes contratos de comodato, com o Agrupamento de Escolas que aconteceu quer com centros escolares quer com aquele já vinha acontecendo, há muito património edificado que o Município tem e que é de particular importância do ponto de vista cultural, arquitetónico, histórico e sentimental. O que é importante é preservar e colocar esse património à disposição dos munícipes e das associações e entendeu a Câmara Municipal que neste processo o melhor veículo para o fazer era através das Juntas de Freguesia. Assim sendo, deu-se início a um processo de consulta, após a elaboração de um documento base trabalhado com as Juntas de Freguesia. Inicialmente o contrato estava previsto para quatro anos mas, por solicitação de maior parte dos Presidentes de Junta, passou para seis anos. Este contrato assegura que as infraestruturas são utilizadas no dia-a-dia pelas pessoas da Freguesia e que esse património é mantido e é acarinhado por todos a quem aqueles edifícios dizem, de facto, muito. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Fernando Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, porque ficou com algumas dúvidas relativas a situações que não estão bem descritas em algumas cláusulas deste contrato que se prendem com a forma como os edifícios vão ser entregues.

Uma das questões prende-se com a transferência dos contratos da eletricidade e a outra prende-se com o estado em que os edifícios se encontram e com as obras que já lá estão feitas. O senhor deputado tem conhecimento que algumas escolas já sofreram algumas alterações no tempo em que estiveram entregues às associações que lá estão, no caso da Freguesia de Soza irão continuar as mesmas associações. Este tipo de transferências é muito boa uma vez que se está a dar às Escolas inativas alguma utilidade mas trás algumas “discriminações”, ou seja, como é que se vai compensar as outras associações que não têm escolas para poderem ter uma sede. Em cada Freguesia vai haver associações que são beneficiadas, têm uma sede, água e luz de graça, e vão continuar assim embora irão pagar as despesas, e outras que estão ao lado que não têm essa possibilidade e, por isso, irão, de alguma forma, ser “discriminadas”. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Óscar Gaspar e começou por referir que obviamente é importante e muito positivo que os edifícios possam ser afetos a atividades, nomeadamente a atividades culturais. Os edifícios valem pela atividade e pelo dinamismo social que possam ter e não pelas quatro paredes. O concelho tem tristes exemplos basta olhar para o antigo centro de saúde de Vagos e verifica-se que um edifício que não é utilizado não só se degrada como é degradante e é mau para a imagem do Município. As duas questões que colocou prendem-se com o lado das Juntas de Freguesia, ou seja, como é que se consegue acautelar que as Juntas têm condições de fazer a manutenção dos edifícios e em caso contrário o que vai acontecer, se a câmara pondera substituir-se às Juntas ou se pondera fazer algum tipo de apoio financeiro para esse efeito. Neste como noutros casos uma coisa é a “mochila” das responsabilidades a outra coisa é o que se costuma designar da “mochila financeira que, neste caso, parece não acompanhar bem a responsabilidade. Uma outra preocupação que foi transmitida tem a ver com a utilização desses espaços, ou seja, esses espaços serão vistos, pelo menos nos próximos anos, com uma dignidade especial, por se tratar de espaços, públicos e, portanto, seria de acautelar que a sua utilização também fosse igualmente digna. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para esclarecer as questões colocadas pelos senhores deputados Fernando Vieira e Óscar Gaspar. Assim sendo, referiu que as questões colocadas são transversais nesta vontade e nesta concordância do executivo relativamente à preservação deste património e, portanto, entendo estas intervenções dos senhores deputados como construtivas. A questão das contas é a mais importante embora seja claro no contrato que as responsabilidades do dia-a-dia passam a ser da Junta de Freguesia e depois, eventualmente, a Junta numa cedência a uma instituição pode fazer vingar também isso. Quando existem questões muito práticas, como é o caso da eletricidade, quem é que a paga, obviamente que passa a ser a Junta de Freguesia a pagar mas se a Junta de freguesia cede a uma associação passa a ser esta a responsável por esse pagamento. Tudo isto, para colocar as associações mais próximas, isto é, há associações que não têm sede o que é que se faz? Cede-se a sede gratuitamente? Houve outras associações que construíram a sua sede própria, que para além de terem construído sede própria ainda são penalizadas duplamente porque como as sedes são dessas associações ainda têm de pagar as contas no final do mês. Há associações que estão assim anos e anos consecutivos, porque provavelmente também receberam dinheiro da Câmara Municipal para fazer as sedes. A verdade é que essas associações

pagaram as suas contas e, portanto, até do ponto de vista da responsabilização de quem utiliza o espaço, porque às vezes o que acontece é que quem utiliza como não tem a responsabilidade de no fim do mês pagar a conta tem menos preocupação na sua utilização. O que a Câmara quer é que esses espaços sejam bem utilizados e não há de ser a conta da eletricidade grande diferença, porque a Autarquia irá continuar, com certeza, com a sua política de atribuição de apoio financeiros às associações. Em relação às obras já feitas essa nota deverá ser dada à Câmara Municipal e terá de ser deixado devidamente assinaladas essas questões, como é evidente, para que seja assegurado, do ponto de vista da execução deste contrato de comodato, que as obras já estavam feitas. A questão da discriminação das coletividades em relação à junta de Freguesia de Soza é ligeiramente diferente porque já tem utilizadores naqueles espaços. O senhor Presidente entende a preocupação do Presidente da Junta mas também existem coletividades que não tem necessidade de ter a sua sede, ou seja, o que faz falta é que cada associação tenha um espaço que possa utilizar condignamente para poder exercer a sua atividade, porque não vale a pena andar a construir sedes a associações que não o justifique. Não faz falta construir muito património edificado o que faz falta é que haja entendimentos para utilizar o património edificado existente. Portanto, esta questão da discriminação das coletividades, por terem ou no terem sede, não existe e o senhor Presidente é de opinião que uma associação para funcionar deve ter um espaço digno onde possa desenvolver a sua atividade. Relativamente às questões do senhor deputado Óscar Gaspar basicamente elas aparecem respondidas no contrato e o que este diz, na cláusula 3ª d), é que a *“promover a expensas suas todas as obras de conservação ordinária que se mostram indispensáveis à adequada utilização dos imóveis”*. Evidentemente que por exemplo se for substituir as janelas todas, ou as portas, não parece ser uma obra ordinária e mais uma obra de conservação extraordinária e isto tem, obviamente, a ver com questões financeiras e neste caso dever ser a Câmara a assumi-las, porque se trata da preservação de património. Nestes casos o bom senso imperará mais do que as alíneas do contrato. -----

-----Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com uma abstenção do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 03 de setembro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO QUATRO: IRS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara solicitou ao senhor Presidente da Mesa, caso os senhores deputados não colocarem nenhuma objeção, autorização para apresentar os pontos quatro, cinco e seis todos seguidos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a questão aos senhores deputados não tendo ouvido qualquer objeção à proposta do senhor Presidente da Câmara. -----

----- Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara para apresentar os três pontos e explicou que o que basicamente está aqui em causa, com este pacote fiscal, é manter-se tudo aquilo que se tinha em

sede de impostos. No caso do IRS é a devolução de 0,5%, no caso da DERRAMA a cobrança de uma taxa normal de 1,25% e de 0,25% de taxa reduzida, mediante as condições previstas na lei que tem a ver com os limites de volumes de negócios, e o IMI em que a proposta é de manter as taxas nas mais baixas permitidas por lei. A razão principal porque em sede de Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade a manutenção da devolução só de 05% de IRS prende-se com uma outra possibilidade que surgiu durante este ano de o Município fazer uma redução na taxa de IMI, que está agora prevista na lei, de 10% para o caso de agregados familiares com um dependente, de 15% no caso de agregados familiares com dois dependentes e de 20% para agregados familiares com três ou mais dependentes. Esta informação foi à reunião de Câmara depois de se obter das finanças os dados fundamentais para se fazer uma análise do ponto de vista do valor do impacto financeiro nas contas do Município. Esses dados só foram facultados a todos os Municípios no dia 15 de setembro de 2015 e daí a Autarquia não poder ter feito antes. Com os dados obtidos à data o “prejuízo”, ou a menor receita, no ano em causa seria de cinquenta e três mil euros, ou seja, o Município tem previstas no seu plano de ajustamento financeiro, aprovado aquando do PAEL, um determinado volume de receita. Esse volume de receita, que está a ser cumprido, nomeadamente na questão financeira do IMI, tem um aumento até três milhões cento e trinta mil euros de receita de IMI durante o ano presente que depois se fez um cálculo do aumento gradual da taxa de IMI a uma média de 2,5%. Portanto, implicava que o aumento de IMI deste ano para o próximo ano fosse de cerca de cem mil euros. O impacto que estas medidas passarão a ter, no próximo ano, não 2016, porque está-se a definir a taxa para 2016 que será cobrada em 2017, sobre o ano de 2016, mas o impacto são cerca de cinquenta mil euros. O executivo entendeu, em sede de Câmara Municipal, que esses cinquenta e três mil euros poderiam ser obtidos de duas formas: ou através de um aumento da dinâmica, quer do mercado imobiliário quer do mercado industrial, que levará a um conseqüente aumento da cobrança de taxas que no caso do plano de ajustamento financeiro que o Município tem está com valores bastante modestos; ou através da redução de despesa equivalente a esta perda da receita. O executivo entendeu que é possível em sede de orçamento e em sede de execução de orçamento encontrar outra fonte de financiamento para estes cerca de cinquenta e três mil euros que o Município deixará de receber caso os senhores deputados aprovelem este pacote fiscal, que irá ter um impacto bastante positivo. Não será com certeza por isto que as pessoas de Vagos irão ter mais filhos mas, de qualquer modo, é sempre uma medida de incentivo à natalidade porque tem impacto e que pode, eventualmente, ajudar. A verdade é que dos Municípios à volta, e com estas reduções, Vagos continuará a ser o que tem as taxas de IMI mais reduzidas e que conseguirá no futuro atrair mais pessoas, porque quer no sensos de 2001 quer no de 2011 o Município de Vagos cresceu sempre acima da média da região centro e, portanto, o objetivo é que para 2021 continue a crescer e se estas medidas forem um pequeno incentivo à natalidade será muito bom. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das dezanove horas e quarenta e cinco minutos deu entrada na sala o senhor deputado Pedro Neto. -----

----- De seguida pediu e usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e referiu-se ao facto da taxa de devolução do IRS ter sido aprovada por unanimidade na reunião de Câmara já que a taxa sendo a mesma dos outros anos e foi aprovada, também, mas por maioria. Relativamente à questão do IMI, e

tendo o senhor deputado uma opinião muito concreta sobre este imposto que é a seu ver um imposto injusto e cego, este passo torna-o um bocadinho menos injusto. O senhor deputado lembrou, ainda, que em novembro passado o grupo municipal do CDS trouxe a esta assembleia uma proposta a aprovar ao qual os restantes grupos votaram contra. Na altura foi explicado que fazia parte do orçamento de Estado de 2015 e que fazia parte da fiscalidade de 2015 e foi dito aqui que não e o senhor deputado não quis deixar de realçar este ponto. Quando saiu o esclarecimento/ofício circulado em setembro o senhor deputado falou com o executivo camarário sobre trazer este ponto à assembleia e aprovar. Este foi um compromisso assumido e é este compromisso que se está aqui a “ratificar”, se assim se pode dizer, com a aprovação que se vai fazer, e aquilo que o senhor Presidente já disse a contribuição direta para o benefício às famílias com filhos. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado Óscar Gaspar e referiu que no primeiro ponto acabou por não ter nenhuma reação ao que disse mas cabe aqui também e daquilo que percebeu da resposta em relação ao relatório da auditoria é que não valia a pena ler-se. Portanto, enviou mas estava totalmente ultrapassado e nada disto que está aqui já existe e isto é algo do passado. O senhor deputado tomou boa nota da resposta do senhor Presidente. Isto é importante pois está-se a falar de contas e o senhor deputado achou particularmente relevante a junção dos três pontos da ordem de trabalho porque a questão deve ser analisada em conjunto e vai-se falar da fiscalidade que a Câmara aplica, ou seja, dos impostos que os cidadãos Vaguenses pagam e que sustenta a atividade da Autarquia. Nesse aspeto há aqui várias decisões que são opções políticas legítimas mas também, por isso mesmo, escrutinadas e concordar-se ou não com elas. Uma das questões aqui colocadas é porque é que não se optou por uma redução mais forte no IRS que à partida beneficiaria todos os cidadãos contribuintes e sobretudo os trabalhadores por conta de outrem, que são aqueles que acabam por não poder fugir dos impostos e acaba por apanhar com a enorme carga fiscal que este Governo criou incluindo a sobretaxa do IRS. O executivo camarário optou por não fazer o alívio do IRS para todos e optou por fazer um alívio aos proprietários de Vagos. É legítimo, e o senhor deputado agradece na sua cota parte de proprietário da sua casa, mas há aqui várias dúvidas que estão presentes sendo uma delas o do porquê dos benefícios só aos proprietários. Em Vagos existe qualquer coisa como mil edifícios que são arrendados e, portanto, aqui não haverá nenhum benefício, à partida, para o inquilino e sim para o proprietário. Aliás, não haverá nenhuma distinção entre habitação própria e permanente e outras habitações e aquilo que se está a beneficiar, ainda que legitimamente, é quem tem mais posses e é proprietário de mais bens imóveis. Entretanto, o senhor deputado considera que não se deve brincar com coisas sérias e dizer, como terá dito há uns dias, que esta medida era um incentivo à natalidade não parece de muito bom-tom sendo este um problema grave do país. O senhor Presidente não acredita, com toda a certeza, naquilo que terá dito, ou seja, não acredita que é por causa de uma redução do IMI que alguma família decide ter mais um filho. Mas, se está deveras preocupado com a questão, e está-se a falar de cinquenta e três mil euros, e em Vagos existem cerca de cento e cinquenta e qualquer coisa nascimentos por ano, se não seria preferível haver aqui uma prestação de cerca de quinhentos euros por filho, por ano, por exemplo nos primeiros três anos de vida dos bebés e isso sim, no entender do senhor deputado, poderia ter algum efeito direto e específico na natalidade. Aqui é um benefício importante para

todos os proprietários e é uma medida importante benéfica, porque é uma redução de impostos, mas é uma medida politicamente contestável uma vez que há uma opção de favorecer uns quando se podia ter beneficiado outros. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado César Grave e referiu que o grupo municipal do CDS defende que este executivo poderia ir mais longe na participação do município no IRS, com já foi proposto pelos mesmos no ano passado. Entretanto, já vieram a esta Assembleia, também, como referiu o deputado Juan Martins, reclamar a redução do IMI e, desta forma, congratulam-se por este pacote fiscal, IRS e IMI, que irá com certeza ao encontro das famílias vagoenses. Não será pelo aumento da natalidade mas sim por tentar compensar as famílias numerosas que existem no Concelho de Vagos e, por estas razões apresentadas, o grupo municipal do CDS vai votar favoravelmente estas medidas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer os senhores deputados e disse que relativamente às contas, questão levantada pelo senhor deputado Óscar Gaspar, houve duas situações que consideraram interessantes: a primeira onde referiu que não se devia brincar com coisas sérias, porque ouviu dizer, não ouviu, ouviu dizer; a segunda é achar que já é um assunto menos sério brincar com as contas do Município e, de facto, aqui, estão os dois grupos de acordo. Relativamente ao que referiu, sobre os pontos da ordem de trabalhos, de facto, este é um benefício e o discurso que o senhor deputado fez quase que parecia de extrema-esquerda acusando o executivo camarário de estar a beneficiar os “latifundiários” do Concelho de Vagos. O que o executivo pretende é dar um benefício ao proprietário e há mais de mil imóveis arrendados e quem for o proprietário tem de ter estas condições, ou seja, ter dependentes a seu cargo para ter este benefício. No que se refere à questão do incentivo à natalidade a Câmara Municipal de Vagos, há muitos anos liderada pelo PSD, tem enveredado por políticas que de uma forma direta ou indireta acabem por ser um forte incentivo à natalidade. Por exemplo, o facto de se criarem condições para que se instalem em Vagos empresas, grandes e pequenas, que vão originar postos de trabalho, e como todos sabem Vagos tem uma taxa de desemprego bem a baixo da média nacional. Outros fatores importantes foram as condições criadas nas escolas, quer através da construção de dois centros escolares, quer através do apoio permanente que se dá ao Agrupamento de Escolas de Vagos, ao Colégio de N^a Sr^a da Apresentação de Calvão, à EPADRV, quer através da construção de infraestruturas básicas, quer no apoio à ação social escolar, quer no apoio elevadíssimo dado às IPSS's, quer nos apoios sociais, etc. Portanto, para o PSD e para a Câmara Municipal, que o senhor Presidente lidera, criar formas de incentivar, direta ou indiretamente, a natalidade não é, de facto, uma coisa menos séria e, portanto, está tranquilo porque esta é só mais uma medida a juntar a tantas outras, umas já efetuadas e outras para efetuar ainda, porque os compromissos são para cumprir e este executivo tem mais dois anos para poder executar o seu programa eleitoral até ao fim. Ao contrário de alguns que se comprometem com números e, depois, não cumprem, este executivo quer cumprir e por isso mesmo todos têm em cima da secretária um programa eleitoral que é para ver se cumprem tudo aquilo que prometeram. Sobre as questões do senhor deputado César Grave e o mais relevante que é o facto de o executivo poder ir mais além na devolução do IRS o senhor Presidente lembrou que pode dar-se os benefícios todos, agora é importante fazer-se o balanceamento entre aquilo que se dá e aquilo que se pretende fazer. E isto porquê? Porque no caso

concreto em que o IRS em que o bolo principal é o bolo do Estado, da Administração Central, não faz sentido que a Administração Central corte nas transferências dos Municípios e que depois sejam os Municípios a darem os benefícios aos Cidadãos. O que cabe aos Municípios fazer é que o país diminua a carga fiscal sobre os seus cidadãos, e essa também é uma boa medida de incentivo à natalidade, mas para isso é preciso pagar as dívidas e pôr o país em ordem. -----

----- Retomou a palavra o senhor deputado Óscar Gaspar e pediu ao senhor Presidente da Mesa que lhe explicasse qual foi a resposta do senhor Presidente da Câmara às questões que colocou porque ele não percebeu. -----

----- O senhor Presidente da Mesa pediu, então ao senhor deputado que voltasse a colocar as suas dúvidas ao senhor Presidente da Câmara de modo a que este lhe possa responder de forma clara às questões. -----

----- Assim sendo, o senhor deputado Óscar Gaspar começou por se referir que não sabe quem é que tem mais preconceito ideológico porque parece que o senhor Presidente da Câmara ficou muito incomodado por ter sido utilizada a palavra proprietário. Proprietário não parece assim uma palavra tão pesada para uma intervenção assumidamente de esquerda. As questões que colocou eram: porque é que a câmara Municipal de Vagos opta por beneficiar os proprietários versus beneficiar todos os cidadãos? Se alguma das prioridades políticas da Câmara Municipal de Vagos é de facto a natalidade, independentemente do que esteja no programa eleitoral, se aceita o repto de ter medidas específicas para isso, isto é, medidas concretas para o efeito? O senhor Presidente elenca uma série de medidas de algibeira: como a trazer empresas para o Concelho, como se fosse mérito desta Câmara; os centros escolares, como se fosse uma grande medida e na opinião do senhor deputado são uma medida que envergonha a Câmara de Vagos, independentemente de ser deste executivo ou de outro. Uma Câmara que nem sequer tem um parque infantil, aqui nas redondezas, gabar-se de defender a natalidade e as crianças parece, ao senhor deputado, um bocadinho forçado. Portanto, a questão concreta é: se esse é um objetivo político da Câmara Municipal se justifica pensar em medidas concretas, porque é isso que interessa saber, e não avançar com esta que não se sabe se disse ou não mas que apareceu impresso que esta era uma medida de apoio à natalidade? Na intervenção inicial o senhor presidente, pelo menos pareceu ao senhor deputado, tentou recuar um pouco utilizando palavras semelhantes para dizer diferente daquilo que veio impresso do que tinha dito. -----

----- O senhor Presidente voltou a usar da palavra e em seguimento das palavras do senhor deputado Óscar Gaspar referiu que a Câmara Municipal do que é bom não tem mérito nenhum e do que é mau é responsabilidade da Câmara. O senhor Presidente lembrou que para as empresas se instalarem, e continuam a instalar, no Concelho de Vagos, e isso poderá causar alguma confusão a quem não quer o sucesso do Município, é preciso criar as condições, fazer o marketing territorial e conversar com os empresários. E isto para quê? Para que uma empresa venha para Vagos e não vá para, por exemplo, Águeda, porque a questão da opção prende-se com uma série de razões, nomeadamente, algumas questões que têm a ver com benefícios fiscais que a Câmara Municipal, assumidamente, tem dado a alguns desses grandes investimentos. Por outro lado a questão do porquê de beneficiar os proprietários e não beneficiar todos os cidadãos o senhor Presidente explicou que Vagos é um dos Municípios que

tem uma das cargas fiscais, no seu global, mais reduzida, quer em termos de taxas cobrança aos munícipes, como por exemplo a taxa de recolha de resíduos sólidos urbanos, e com a taxa de IMI mais reduzido, e isso faz toda a diferença. Se setenta e cinco euros para o senhor deputado não fazem diferença para muita gente este valor é muito importante. Relativamente a esta questão do IRS ser mais ou menos justo que o IMI podia levar a uma discussão ideológica mas o senhor Presidente já explicou, aqui, por diversas vezes a sua posição em relação a este assunto. No ano passado já foi discutido este assunto e o grupo municipal que suporta esta maioria tem exatamente a mesma opinião. O senhor Presidente não partilha da opinião do senhor deputado e o que ele entende que é importante é que se criem nas mais diversas áreas, e naquelas medidas que o senhor deputado considerou como de algibeira apenas referiu que *“os termos ficam com quem os utiliza, como é evidente, mas se o senhor acha medida de algibeira os apoios às IPSS’s e o facto de termos hoje a maior e melhor rede de IPSS’s do distrito de Aveiro, não sei...”*. Na questão dos centros escolares em que o senhor deputado defendeu que devia envergonhar o Município mas depois compara o Município com outros. Mas esta comparação devia ser feita com os outros em diversas áreas, nomeadamente nesta área dos impostos, porque talvez outros para terem mais centros escolares cobram mais impostos. O senhor Presidente ressaltou só que apesar da situação de extrema gravidade que o Município atravessou por força do processo Ria Vagos, que do ponto de vista financeiro causou constrangimentos, o Município conseguiu aprovar em sede de Assembleia Municipal, por unanimidade, o plano de ajustamento de modo a ajustar as contas do Município sem que com isso recaísse uma carga fiscal mais elevada. *“Se o senhor deputado acha, e nestes dois últimos anos em particular, que o executivo não tem beneficiado os cidadãos então estamos numa posição diametralmente oposta relativamente às questões da carga fiscal. O senhor acha que devia ser de uma maneira o executivo tem uma posição diferente apresenta a sua proposta e o senhor obviamente tem a liberdade de votar contra ou de votar a favor, conforme entender, sendo certo que esta votação, apesar dos pontos terem sido apresentados em conjunto, julgo, terá de ser em separado.”* -----

----- Retomou a palavra o senhor deputado Óscar Gaspar para informar de que no mandato anterior o Movimento Vagos Primeiro era composto por pessoas ligadas ao PS, ao CDS e ao PSD. Segundo o senhor deputado o Partido Socialista quando tem coligações não tem vergonha de *“andar de braço”* com os outros partidos, com o qual está coligado. O que aconteceu em Vagos foi um Movimento de cidadãos com pessoas do PS, alguns descontentes do PSD, com pessoas que não estavam ligados a qualquer partido e com pessoas do CDS. -----

----- Entretanto pediu para usar da palavra o senhor deputado Pedro Neto para dizer que o grupo Municipal do PS não está a condenar a medida, ou a atacar a medida em si. O que estão a dizer é que talvez se pudesse ir mais longe e talvez pudessem ajudar a incentivar a natalidade com outras medidas. Para melhor se fazer entender o senhor deputado exemplificou: uma casa que custe, por exemplo, quatrocentos mil euros tem muito mais benefício fiscal do que uma que custe quarenta mil euros. E há uma outra questão, e o exemplo do IRS, que provavelmente afeta todos aqueles que tentam ser pais e que estão, também, a tentar começar uma vida profissional e a criar condições financeiras para poderem ter filhos. Portanto, o intuito deste grupo municipal não é condenar a medida, se o IMI pode ser mais reduzido ótimo para as pessoas, pode é ir-se mais longe noutros sítios. Todas as medidas referidas pelo

senhor Presidente algumas são do Governo Central, outras ainda de Governos anteriores, outras da Câmara Municipal e que são boas, muito bem, aplaude-se tudo o que é bem feito. Aquilo que é menos bem feito, ou pode ser melhorado, o grupo municipal do PS propõe ideias para poder melhorar, portanto não se tratam de ataques e sim de querer contribuir. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para esclarecer o senhor deputado Pedro Neto que na mesma medida uma pessoa que tenha um rendimento de quatrocentos mil euros no IRS tem muito mais benefício na devolução do que uma que tenha quatro mil de rendimentos. Por isso, ambos estão a falar exatamente da mesma coisa. Só existe, aqui, uma diferença entre aquilo que é o entendimento do senhor deputado Óscar Gaspar e o do senhor Presidente da Câmara, ou seja este último entende, até por questões culturais, que ser proprietário não é sinónimo de riqueza. Qualquer pessoa pode contrair um empréstimo na banca e em cima deste empréstimo tem de pagar o IMI. Portanto, a questão é só esta. Na mesma medida em que no entendimento do grupo municipal do PS a medida da redução do IMI beneficia os proprietários, com a diferença já falada, na mesma medida quem tem mais rendimentos do IRS é mais beneficiado com a devolução, como é evidente. Essa discussão, e na altura nenhum destes deputados do PS fazia parte da Assembleia Municipal, já foi aqui bastante exprimida na Assembleia Municipal. A questão é no pacote fiscal, nomeadamente na questão do IRS, o grande bolo é da Administração Central. O estado cortou ao longo destes anos por necessidades, e todos contribuíram para o esforço que o país fez nestes últimos quatro anos, mas a grande receita fiscal é do Estado. O Estado que dá esta possibilidade aos Municípios de fazerem a devolução que faça o contrário, ou seja, que faça com que seja necessário cobrar menos impostos aos contribuintes e que reduza no bolo grande, que é o seu próprio bolo. No entender do senhor Presidente esta medida nem devia ser prevista, ou seja, naquilo que é destinado aos Municípios não devia sequer haver essa possibilidade. Os Municípios têm as receitas próprias do IMI, do IMT e do IUC e são essas as receitas que os mesmos deviam tratar. Nesta questão do IRS é injusto por do lado do Município esta responsabilidade mas cada Município tem de atuar conforme as medidas que tem e aquilo que a lei define. -----

----- Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com quatro abstenções dos senhores deputados Filipe Mendonça Ramos, Óscar Gaspar, Pedro Neto e Carla Gouveia. -----

----- **PONTO CINCO: DERRAMA – TAXA 2016;** -----

----- O ponto cinco foi **aprovado por maioria**, com uma abstenção do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos. -----

----- **PONTO SEIS: IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – TAXAS 2016.** -----

----- O ponto seis foi **aprovado por maioria**, com quatro abstenções dos senhores deputados Filipe Mendonça Ramos, Óscar Gaspar, Pedro Neto e Carla Gouveia. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto sete da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 17 de setembro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

-----**PONTO SETE: TABELA DE TAXAS – RETIFICAÇÃO.**-----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que na tabela de taxas, que veio a esta Assembleia, por lapso nas fórmulas apresentadas faltava um dois que no fundo acaba por implicar o pagamento do dobro da taxa que estava prevista e daí a necessidade desta retificação.-----

-----Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com uma abstenção do senhor deputado Filipe de Mendonça Ramos.-----

----- O senhor deputado Filipe Mendonça Ramos pediu para usar da palavra para esclarecer os presentes o porquê da sua abstenção em todos os pontos da ordem de trabalho. Assim sendo, referiu que: *“Isto no fundo acaba por ser um comunicado e começo por chamar à atenção senhor Presidente que o AGIR não é de extrema-esquerda, tem pessoas de direita também, porque também é uma congregação de movimentos. Aqui em Aveiro tem o Movimento Cívico Somos Feira, tem aqui também algumas pessoas de Vagos e no fundo viemos todos do PSD e do CDS e, portanto, somos uma PáF de irreverentes e mal comportados. Eu queria comunicar a esta Assembleia que irei renunciar ao meu mandato e esta foi a minha última Assembleia. Abstive-me por causa disso. Gostaria só de justificar, muito rapidamente, os pontos e porquê. Eu queria tê-lo feito na última Assembleia Municipal mas, por questões profissionais, não pude estar presente e apenas hoje, se calhar um pouco tardio, mas eu penso que ainda a tempo de explicar o porquê desta minha renúncia. Esta minha ação neste órgão municipal, como independente, e prendia-se sempre numa representação independente, mas do CDS. Fora dele poderia representar também independentes mas, essencialmente, não me esquecia por quem tinha sido eleito, embora a minha atuação fosse de um pouco de contestação não só à direção do CDS como também representaria de alguma forma aqueles que não concordavam com a escolha do cabeça de lista do CDS para esta mesma Assembleia, o senhor Mário Castelhana. E, portanto, também representava um pouco, pela inércia que o próprio porta voz do CDS tem tido em não ser muito participativo, alguma pessoas do CDS que não concordavam com esta atual direção, e daí de uma forma independente essa atuação. De igual forma também sempre fui solidário e um pouco contestatório com a atuação de algumas pessoas de grande valor do CDS que estiveram envolvidas no CDS e que deram a cara pelo Movimento Vagos Primeiro e que foram muito desconsideradas por este novo CDS. De qualquer forma eu posso ser um rebelde, um contestatório, um Che Guevara de Vagos, pode-lhe chamar o que quiser, mas tenho alguns valores e alguns princípios e, portanto, não faria sentido, neste momento, estar simultaneamente em duas posições políticas distintas. Portanto, não quero e não vou fazer e não vou estar a representar aqui como independente, eleito pelo CDS, e estar numa lista como o AGIR. Não faço, embora seja independente, mas pelos dois não o faço e tenho essa minha posição. Aliás, eu julguei publicamente o senhor Mário Castelhana por ser militante do PSD e estar aqui a falar pelo CDS. Isso ainda é pior porque é militante e, portanto, acho que as pessoas ou sofrem de esquizofrenia ou então são ainda mais liberais do que eu, que já sou muito, mas que julgo que termos posições políticas diferentes podemos, em democracia, e mudar de opiniões mas temos que ter alguma coerência e, essencialmente, temos que ter, pelo menos, a inteligência de percebermos que não podemos estar em dois lugares ao mesmo tempo. Portanto, peço que percebem porque é que eu hoje me absteve. Não*

estou aqui neste grupo, não estou aqui presente e, portanto, não vou ser solidário com nada. Também não sou propriamente o melhor exemplo de solidariedade política neste grupo e, portanto, não ia votar contra nem a favor visto que assumi publicamente uma posição como candidato à Assembleia da República. Basicamente é isto. Lamento, também, que tenha de ver este CDS a apoiar o Dr. Rui Cruz, não é nada pessoal, mas das pessoas que estiveram no tempo do Dr. Carlos Bento ou mesmo no Movimento Vagos Primeiro, foi nosso adversário político. Portanto, pessoalmente não tenho nada contra mas politicamente nunca poderia, depois de em tempos ter criticado a atuação, vir para aqui elogiá-lo e ouvir como já ouvi este CDS dizer que é uma mais-valia para Vagos. Só se for em Lisboa, acredito que haja muita gente em Vagos, até do PSD, que o queira ver em Lisboa mas eu não, até porque até gosto de o ver aí. Para terminar queria agradecer-lhe o respeito e a consideração que teve sempre comigo aqui nesta Assembleia. Obviamente não nos vamos cruzar noutras Assembleias porque estamos em patamares muito diferentes dessas probabilidades. Ao senhor Presidente da Câmara quero também agradecer toda a atenção que teve. Não sei se nos vamos cruzar em futuras oposições políticas, talvez sim talvez não, nunca se sabe, a vida dá muitas voltas, nunca se sabe para onde estaremos, só sei que estarei sempre pronto para participar na política e acho que isso é o mais importante e serei sempre convicto nas minhas ideias e acho que participar e lutar é uma questão, e nós já nos conhecemos de algum tempo, importante. Infelizmente, penso que a oposição em Vagos já não passa pelo CDS. O CDS já não é solução para Vagos e, portanto, não consigo estar mais aqui, nem mesmo como independente. Portanto, comunico, hoje, a todos vós a minha renúncia e agradeço, até hoje, toda a paciência que tiveram comigo. Obrigado senhor presidente da Assembleia, obrigado senhor Presidente da Câmara.” ---

----- O senhor Presidente da Mesa disse ao senhor deputado que respeitará a sua posição e que não irá ouvir, da boca do Presidente da Assembleia Municipal, uma única palavra de apreciação da sua posição e da sua decisão que será respeitada em silêncio. O senhor Presidente referiu, ainda, que a intervenção do senhor deputado o surpreendeu pois pensou que as razões fossem outras. De seguida passou a palavra ao senhor deputado Óscar Gaspar que pediu para falar. -----

----- O senhor deputado óscar Gaspar usou da palavra apenas para dizer, e para que fique em ata, que *“nos últimos seis anos foi hoje a primeira vez que concordei com o senhor Filipe Mendonça Ramos.”* -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão à intervenção do público, nos termos do artigo 23º do Regimento. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soza solicitou autorização para usar da palavra, neste período da ordem de trabalhos, uma vez que não conseguiu chegar a tempo de intervir no período antes da ordem de trabalhos e tem duas questões importantes que gostaria de colocar ao senhor Presidente da Câmara. -----

----- O senhor Presidente da Mesa autorizou que usasse da palavra. -----

----- O senhor deputado Fernando Vieira começou por lançar um desafio a este executivo municipal, que se prende com aquilo que ouviu no momento em que chegou à sessão, e tem a ver com a limpeza e com os entulhos abandonados. A Câmara na informação tem aqui que foram feitas limpezas, ou que participou, em várias Freguesias mas a verdade é que, segundo o senhor Fernando Vieira, anda tudo a fechar os olhos e a passar ao lado dos lixos que existem no Concelho de Vagos. O problema está a

agravar-se e na Freguesia de Soza nota-se mais depois da saída da Recivagos desta Zona, porque as pessoas começaram já a depositar o entulho nas bermas dos caminhos, nos pinhais e não importa onde. O senhor deputado, que já anda a falar neste assunto, pelo menos, desde 2001, lembra-se que já houve algumas iniciativas das Freguesias em arranjar atrelados, tratores e coisas do género para depositar esses lixos de uma forma provisória. A Câmara também já o fez com os monos aqui em Vagos, que o senhor Fernando considerou que funcionou muito bem. A verdade é que as pessoas muitas delas não têm civismo suficiente para depositar os lixos nos sítios mais corretos e cabe aos autarcas olharem para isso e criar algumas alternativas. A Câmara devia despender algum tempo, algum dinheiro e alguns técnicos e encontrar uma solução, ou várias, e o senhor Fernando propôs até uma por Freguesia, que permitissem às pessoas depositarem aquilo que não são lixos tóxicos e urbanos mas pelo menos os verdes e aquilo que é vegetação que é reciclável com facilidade. O que é preciso é ter um sítio único onde ela possa ser depositada porque se não passa a ver-se um monte em cada canto. Mesmo a questão dos entulhos se forem minimamente separados poderão ser reutilizados, pelo menos nas Freguesias ou pela própria Câmara, de alguma forma porque se não forem criadas alternativas vai continuar a haver cada vez mais lixo abandonado e depois a limpeza torna-se mais difícil e cara de efetuar. O senhor deputado recordou esta Câmara que na Freguesia de Soza tinha, pelo menos, três terrenos seus cobertos de lixo e dois deles ainda estão e, portanto, se vier o CEPNA multar alguém provavelmente será a Câmara. Uma outra questão que abordou, não anda muito longe desta mas é muito idêntica, ou seja, existe aqui nesta Assembleia pessoas cujo os familiares já tiveram de pedir socorro aos vizinhos para chegar a casa e o senhor deputado anda há bastante tempo, apesar de ser uma responsabilidade mais da Câmara do que da Junta de Freguesia, a alertar para a questão dos cães abandonados. Ainda há bem pouco tempo, mais ou menos um mês, o senhor Fernando enviou para a Câmara mais um ofício a solicitar apoio na recolha desses cães vadios, uma vez que a Autarquia tem veterinário, um técnico que lida com os cães e um canil, pequeno mas tem. O senhor Presidente da Junta tem identificados, pelo menos, quarenta cães abandonados na sua Freguesia e há um ano atrás eram vinte. Isto que dizer que se não se fizer nada no próximo ano não serão quarenta e sim sessenta ou setenta. Neste momento não está a ser fácil apanhar estes cães mas com um pouco de comer e algum carinho talvez deem a mão e seja mais fácil agarra-los. Os filhos destes cães nascidos na natureza são um perigo porque correm atrás das pessoas. Portanto, este está a tornar-se um problema cada vez mais complicado e a Câmara devia tomar providências e fazer um esforço no sentido de tentar resolver este assunto para evitar que continue a complicar-se. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões abordadas pelo senhor deputado e referiu que em relação aos Resíduos Sólidos Urbanos e dos depósitos do lixo já havia falado nisso no período antes da ordem de trabalhos mas como não estava presente vai voltar a responder. A Câmara já está a fazer alguma coisa em relação a isso, embora o senhor Presidente não concorde que tenha sido pelo fim da empresa Recivagos no Concelho de Vagos que tenha aumentado o depósito de resíduos nas propriedades, nos pinhais e nos caminhos. Entende o senhor Presidente que não há nenhuma relação até porque existe uma empresa do género em Nariz que é mesmo ali ao lado. A questão é que há, de facto, alguma falta de civismo e algumas das soluções que o senhor Presidente

da Junta aponta já foram testadas noutros lados e não resultaram. A Câmara Municipal deixou de ter os contentores para a recolha dos monos e de algum tipo específico de lixo porque começaram a aparecer as coisas mais incríveis. Alguns desses monos que eram depositados eram depois vandalizados para retirar peças e materiais específicos e o resto abandonado. Se foram retirados nessa altura foi porque esta medida não resultou, porque se tivesse resultado, evidentemente, ter-se-ia continuado com ela. A outra sugestão que o senhor Presidente da Junta em que refere a possibilidade de ter um ponto de recolha por Freguesia também já foi testada noutros Municípios e não resultou, porque a determinada altura o que acontece é que as pessoas vão lá pôr à porta tudo o que se possa imaginar. O que a Câmara já fez, porque há algumas tipologias de lixo, lixos industriais, que tem de ser recolhidos de forma certificada pelas empresas o que não acontece. No que respeita aos resíduos de construção e demolição estes não podem ser usados nos caminhos, e os Presidentes de Junta já foram alertados várias vezes para isso, ou melhor, só podem depois de serem reciclados antes não. A lei diz que tem de ser assim. Em relação aos resíduos verdes e às campanhas de sensibilização estão previstos no contrato que vai ser assinado brevemente. Portanto, a Câmara já está a fazer alguma coisa e mais do que isto que se ir medindo o impacto das medidas e perceber o que é que se tem de fazer mais. A Câmara Municipal tem dado resposta a estas questões sempre que pode e ainda há bem pouco tempo fez-se uma recolha grande num sítio que é riquíssimo do ponto de vista paisagístico que são as Lagoas do Moitão, em Covão do Lobo, e que estão sempre cheios de lixo. Em relação à questão dos cães vadios o senhor presidente começou por esclarece que a Câmara não tem nenhum canil. O que tem é um lugar de passagem dos cães até irem para o canil de Ílhavo com que a Câmara Municipal de Vagos tem um protocolo. A Câmara Municipal de Vagos e a Câmara Municipal de Ílhavo partilham o canil e a médica veterinária. Têm sido feitas tentativas, segundo informações da senhora Vereadora Dulcília que hoje não está, que é quem tem este pelouro, para resolver este problema. O senhor Presidente teve conhecimento que o senhor Presidente da Junta de Soza iria trazer à Câmara Municipal um cãozinho para oferecer à senhora Vereadora e por isso perguntou-lhe se ela o queria o se, eventualmente, o problema era resolvido. O que a senhora Vereadora disse foi que já foram feitas várias tentativas, quer pela Veterinária quer pelo senhor Hélder Monteiro, que é a pessoa responsável por essa função, e não tem sido possível apanhar os animais. Há aí uma outra questão, que está à margem da lei, e que é as pessoas alimentarem animais abandonados, e muitas vezes causam dificuldades a quem os vai recolher. Durante uma série de tempo andou aí um problema com gatos na praia da Vagueira, houve um conjunto de queixas por causa de um grupo de gatos e nunca se conseguiram apanhar porque os serviços municipais colocavam a gaiola e quando lá chegavam os funcionários a comida estava consumida e a gaiola aberta e não havia gatos lá dentro. Alguém ia libertar os gatos e a pessoa queixosa, não por esse motivo, acabou por sair do apartamento onde estava e deixou de haver queixas mas os gatos, ao que parece, continuam por lá. Em relação aos cães vadios a Câmara Municipal tem trabalhado afincadamente quer na recolha quer em animais que lhe são entregues. Têm sido feitas campanhas de sensibilização e no próximo dia quatro de outubro estão todos convidados a aparecerem na Quinta do Ega, ou noutro lugar a indicar se o tempo não permitir, e adotarem um cão ou um gato. A Câmara Municipal faz um trabalho mas o senhor Presidente reconhece que é uma outra problemática

grande em que a Autarquia tem que provavelmente no futuro investir mais meios e mais recursos para que o fenómeno não se agrave e se possa diminuir. Continua-se com problemas graves porque as pessoas, mais uma vez, são portadoras de uma grande falta de civismo que abandonam os animais e existem um conjunto de circunstâncias que têm de ser trabalhadas do ponto de vista da sensibilização para evitar que estas situações aconteçam. Entretanto, o senhor Presidente deu nota de que a obra em frente ao edifício dos Paços do concelho e em frente à Biblioteca Municipal irá recomeçar, se não houver qualquer inconveniente com a assinatura de contrato do novo adjudicatário, na próxima segunda-feira. ---

----- A senhora deputada Carla Gouveia pediu para usar da palavra para explicar de forma mais clara a sua intervenção no início da sessão porque lhe pareceu não ter sido bem interpretada ou ela não se fez entender bem. O que ela quis dizer foi porque é que se demorou tanto tempo a chegar à conclusão que esta obra era necessária, porque este espaço era um deserto, estava completamente sem vida e precisava de dinâmica. A senhora deputada nem se tinha apercebido que a obra estava parada há uma semana. -----

----- Não havendo público para intervir o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao segundo Secretário para a leitura da minuta da ata. -----

----- De imediato o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santo Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata a votação tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

----- **O presidente,** _____